PLANO NACIONAL PARA A JUVENTUDE

(2018 – 2021)

Relatório Intercalar - 2020

Índice

Introdução 4
Análise dos Dados Reportados 7
Dados por Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais 8
Domínios-Chave 8
Educação Formal e Não formal 8
Emprego 9
Habitação 10
Saúde 11
Temas-Chave 12
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável 12
Governança e Participação 13
Igualdade e Inclusão Social 15
Planos de Ação Sectoriais 16
Administração interna 16
Agricultura (Florestas e Desenvolvimento Rural) 17
Cultura 17
Defesa 18
Desporto 19
Justiça 19
Mar 20
Resultados Globais 20
PNJ - Análise comparativa *2019 e 2020* 34
Considerações finais 37
LISTA DE ABREVIATURAS 37

Índice de Gráficos

Gráfico 1. – Educação Formal e Não Formal – Estado das medidas com meta em 2020 9
Gráfico 2. – Emprego – Estado das medidas com meta em 2020 10
Gráfico 3. – Habitação – Estado das medidas com meta em 2020 11
Gráfico 4. – Saúde – Estado das medidas com meta em 2020 12
Gráfico 5. – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Estado de medidas com meta em 2020 . 13
Gráfico 6. – Governança e Participação – Estado das medidas com meta em 2020 14
Gráfico 7. – Igualdade e Inclusão Social – Estado das medidas com meta em 2020 15
Gráfico 8. – Administração Interna – Estado das medidas com meta em 2020 16
*Gráfico 9. – Cultura – Estado das medidas com meta em 2020***Erro! Marcador não definido.**
Gráfico 10. – Defesa – Estado das medidas com meta em 2020 18
Gráfico 11. – Desporto – Estado das medidas com meta em 2020..... 19
Gráfico 12. – Justiça – Estado das medidas com meta em 2020 20
Gráfico 13. – Mar – Estado das medidas com meta em 2020 21
Gráfico 14. – Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2020..... 23
Gráfico 15. – Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2020..... 35
Gráfico 16. –Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2020..... 36
Gráfico 17 – Dados comparativos - Medidas 2019 e 2020 36

Plano Nacional para a Juventude

Relatório Intercalar 2020

Introdução

A Resolução do Conselho de Ministros nº 114-A/2018, publicada em Diário da República de 4 de setembro de 2018, aprovou o Plano Nacional para a Juventude 2018-2021, enquanto instrumento político que visa a transversalidade das políticas de juventude e o reforço da proteção especial dos direitos das pessoas jovens, conforme recomendado no nº1, do artigo 70º, da Constituição da República Portuguesa.

Enquanto instrumento de coordenação intersectorial da política da Juventude em Portugal, o Plano Nacional para a Juventude (PNJ) sistematiza políticas, programas, iniciativas e projetos de, para e pela juventude, cuja responsabilidade de execução compete a diferentes áreas governativas, exigindo-se a partilha de responsabilidades e de recursos de várias entidades de âmbito nacional, regional e local.

Aquela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) designou, ainda, como entidade coordenadora do PNJ, o Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ, I.P.), que assumiu as seguintes competências:

. compilar e divulgar, anualmente, as medidas para execução do PNJ, apresentadas por cada área governativa, que lhe são remetidas em tempo;

. acompanhar as áreas governativas e entidades da Administração Pública na execução das medidas que se proponham desenvolver no âmbito do PNJ solicitando, sempre que necessário, informações sobre o respetivo processo de implementação, execução e avaliação;

. elaborar, anualmente, um relatório intercalar sobre a execução das medidas que integram o PNJ, a enviar ao membro do Governo da tutela, até 31 de janeiro de cada ano civil;

. elaborar um relatório final de execução das medidas do PNJ, até ao final do primeiro trimestre seguinte ao termo da respetiva vigência, dele dando conhecimento ao membro do governo da tutela.

De referir ainda que, os relatórios de execução referidos são alvo de análise por parte da Comissão de Acompanhamento do PNJ, criada pelo IPDJ, I.P., e constituída por representantes do próprio IPDJ, I.P. (que preside), do Conselho Nacional de Juventude, da Federação Nacional de Associações Juvenis e por personalidade de reconhecido mérito no setor, designado pelo membro do Governo responsável por esta área.

Assim, nos termos do nº 7, alínea d), daquela Resolução do Conselho de Ministros, foi nomeada como personalidade de reconhecido mérito a Doutora Magda Lalanda Mira Nico,

atendendo à sua experiência no setor, através do Despacho nº 11/2019, do Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, publicado em Diário da República, a 2 de janeiro de 2019.

O IPDJ, I.P., assume ainda um acompanhamento permanente da execução das medidas que integram o PNJ, por meio de contactos regulares com as diferentes áreas governativas/ entidades envolvidas, através de reuniões com os respetivos pontos focais (quer conjuntas, quer individualmente) e de contactos via *e-mail* e/ou telefónicos, sempre que necessário.

Este processo de acompanhamento e monitorização imprime uma gestão ativa e dinâmica da execução do PNJ, permitindo uma atuação atempada, sempre que se verifiquem desvios/ constrangimentos ao cumprimento dos indicadores e/ou metas definidas.

Terminado o ano de 2020, não foi possível proceder à entrega do relatório intercalar sobre a execução das medidas que integram o PNJ, conforme o previsto na alínea c), do nº 4 da Resolução do Conselho de Ministros, o IPDJ, I.P., porquanto o nível de reporte obtido junto das diferentes áreas governativas ter tido uma muito fraca expressão percentual, face à totalidade do plano.

A este nível reforça-se que a experiência relativa à elaboração do primeiro relatório intercalar do PNJ, em 2018 e 2019, revela que a data de 31 de janeiro se apresenta como prematura atendendo, não apenas aos procedimentos a desenvolver referentes à recolha, tratamento e análise dos dados (quantitativos e qualitativos), mas também às dinâmicas internas de cada entidade, que não possuem dados tratados relativos ao ano em análise, para envio na 1ª quinzena do ano seguinte, ao IPDJ, I.P..

Acresce que o parecer da Comissão de Acompanhamento do PNJ ao relatório intercalar da execução das medidas no ano de 2018 reforça a necessidade de "Deslocação oficial do calendário dos relatórios e pareceres", recomendando a alteração do *timing* de recolha de informação e tratamento da mesma para o fim do primeiro trimestre, início do segundo trimestre de cada ano, o que iria contribuir para melhorar o processo de recolha e análise dos dados, e consequentemente, a elaboração dos respetivos relatórios intercalares.

Assim, para a versão do relatório final que se pretende o mais completo e rigoroso possível, o prazo de receção de reportes estendeu-se até meados de março, data em que se fechou o prazo para receção de informação.

A aplicação informática de avaliação e monitorização que serve o PNJ, entrou em funcionamento este ano pela primeira vez. A recolha de informação quantitativa e qualitativa junto das áreas governativas e entidades envolvidas foi por aí efetuada.

Da lista de Áreas Governativas/ entidades envolvidas no PNJ, que se apresenta abaixo, todas reportaram ao IPDJ, I.P., as medidas da sua responsabilidade, à exceção de uma área governativa: o MAG- Ministério da Agricultura.

Foram, igualmente, considerados os reportes dos vários serviços internos do IPDJ, I.P. com responsabilidade na execução de medidas do PNJ, nomeadamente: o Departamento de Juventude; Departamento do Desporto; Departamento de Informação, Comunicação e Relações Internacionais; Departamento de Formação e Qualificação; Centro Desportivo Nacional do Jamor e o Plano Nacional de Ética no Desporto.

Área de Governo	Entidade
Ministério da Educação	Direção-Geral da Educação
	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
	Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência
	ANQEP, I.P.
Ministério da Administração Interna	Guarda Nacional República (GNR)
	Polícia de Segurança Pública (PSP)
	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
Ministério da Agricultura	Gabinete do Ministro
Ministério do Ambiente e Ação Climática	Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Gabinete do Ministro CTES
Ministério da Cultura	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
Ministério da Defesa Nacional	Divisão de Incentivos e Reinserção Profissional
	Direção Geral de Recursos de Defesa Nacional
Ministério da Economia e da Transição Digital	Ministério da Economia
Ministério das Finanças	Divisão de Governação Económica do Departamento de Política e Governação Europeia do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
Ministério da Justiça	PGR – Procuradoria-Geral da República
	Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
	Direção Geral Política e Justiça
Ministério do Mar	Direção Geral de Política do Mar
Ministério dos Negócios Estrangeiros	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ministério do Planeamento	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Ministério da Presidência	Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
	Alto Comissariado para as Migrações
	Agência para a Modernização Administrativa
Ministério da Saúde	Direção Geral da Saúde
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	Instituto de Emprego e Formação Profissional
	Instituto da Segurança Social
	Instituto Nacional para a Reabilitação
	Gabinete da Secretaria de Estado IPD
Ministério das Infraestruturas e Habitação	Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana

Análise dos Dados Reportados

Apresentam-se, de seguida, os dados globais relativos às medidas do PNJ, com metas para 2020, organizados por **Domínios-Chave** - Educação Formal e Não Formal; Emprego; Habitação; Saúde; **Temas-Chave** - Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Governança e Participação; Igualdade e Inclusão Social e **Planos de Ação Sectoriais,** delineados pelas Áreas Governativas da Administração Interna, Agricultura; Cultura; Defesa; Desporto; Justiça e Mar.

A sua estrutura inclui, ainda, as prioridades de cada eixo e os respetivos objetivos estratégicos, aos quais correspondem os objetivos operacionais que, por sua vez, estão associadas a um conjunto de medidas, cuja responsabilidade de execução compete a diferentes áreas governativas, muitas delas exigindo uma partilha de responsabilidades e de recursos de várias entidades de âmbito nacional, regional e local. Para cada medida/ atividade encontram-se associados indicadores de execução e respetiva meta anual.

A cada medida que integra o PNJ está associado o ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que visa prosseguir, o que nos indica que aquele configura, na prática, o principal instrumento de prossecução e implementação dos ODS no contexto nacional em matérias de políticas de Juventude.

Na construção do PNJ, a questão dos ODS foi colocada por diferentes grupos de interessados, designadamente pelos jovens, daí que constem expressamente do Plano, com destaque para o ODS 17 – Estabelecimento do Parcerias para a Implementação dos Objetivos, o ODS 3 – Saúde de Qualidade, o 10 – Reduzir as Desigualdades e o 4 – Educação de Qualidade.

De referir ainda que a sua operacionalização reflete também os 19 compromissos assumidos na Declaração Lisboa +21 sobre Políticas e Programas para a Juventude, resultante da Conferência Mundial de Ministros responsáveis pela Juventude 2019 e o Fórum da Juventude, realizados nos dias 22 e 23 de junho de 2019, em Lisboa.

Dados por Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais

Os dados apresentados seguem a organização por **Domínios-Chave**, **Temas-Chave** e **Planos de Ação Sectoriais** delineados pelas Áreas governativas da Administração Interna; Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Cultura; Defesa; Desporto; Justiça e Mar, obtemos os resultados apresentados abaixo.

Domínios-Chave

Educação Formal e Não formal

Prioridade: *Garantir a efetivação do direito ao ensino e à educação numa perspetiva holística e inclusiva, designadamente aproximando os domínios das aprendizagens não formal e informal ao sistema educativo formal, centrando-se no desenvolvimento e reconhecimento de competências, com vista à integração das pessoas jovens na vida ativa e ao exercício da cidadania e da participação cívica, considerando as suas condições específicas.*

Atendendo à importância que a Educação, seja ela de âmbito formal ou não formal, assume na vida de cada cidadão, o domínio da educação formal e não formal apresenta-se como uma área muito presente na vida dos jovens, desde logo, no sentido da procura de possíveis caminhos a trilhar aos quais a escola, no sentido mais formal, ou outras entidades, no sentido não formal, procuram dar resposta.

A educação formal é a que ocorre no sistema regular de ensino, tendo currículos e regras de certificação definidas. Pelo contrário, a educação não-formal ocorre fora do sistema de ensino. É voluntária, baseando-se na motivação intrínseca para a aprendizagem.

A educação é, por isso, uma conjugação dos diferentes tipos de educação, aprendizagens e conhecimentos que ao longo da vida formam o/a cidadão/ã, enquanto ser único.

No âmbito do PNJ, e salvaguardando a importância da educação formal no processo formativo dos/as jovens, pretende-se promover a valorização e o reconhecimento das aprendizagens não formais e informais na certificação das/os estudantes, conscientes da sua influência no desenvolvimento escolar, pessoal, social, cultural, entre outros, de cada pessoa.

Com essa finalidade foram definidas, para 2020, a execução de 23 medidas associadas a este Domínio-Chave. Destas, **17 foram reportadas**, tendo ficado sem reporte 6 medidas.

Das medidas reportadas, 10 foram *executadas / concluídas*; 2 *Parcialmente concluída;* 2 estão com processo de execução *em curso*; 1 não foi realizada, tendo ficado *por iniciar;* 1 das medidas está mal formulada pelo que lhe foi atribuído o estado *não aplicável* e 1 outra não tem informação disponível

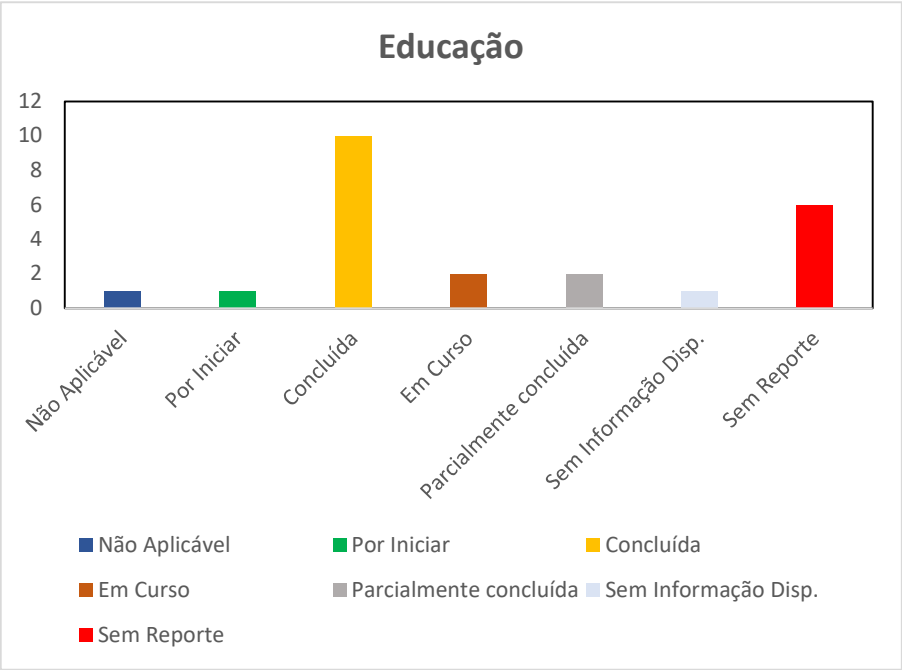

Gráfico 1. – Educação Formal e Não Formal – Estado das medidas com meta em 2020

Pese embora não tenham sido reportadas 7 medidas que integram este Domínio-Chave, contabilizando as medidas reportadas com estados de execução *Concluídas*, *em curso* e *parcialmente concluídas,* obtemos uma percentagem de execução de 61%.

Emprego

Prioridade: *Promover a efetivação do direito ao emprego digno e inclusivo, generalizando um mais rápido e melhor acesso ao primeiro emprego combatendo a precaridade, com vista à sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens.*

De acordo com estudos recentes o desemprego e o acesso ao 1º emprego configuram duas grandes preocupações das/os jovens portugueses. Considerando as atuais taxas de desemprego jovem, estas são também preocupações do Governo que tem vindo a desenvolver medidas e programas que contribuam para inverter esta situação.

O ora domínio-chave integra um conjunto de medidas facilitadoras do acesso ao emprego e formação profissional, as quais se apresentam seguidamente, com os respetivos resultados.

Das 9 medidas que incorporam o Domínio-Chave do Emprego, **todas foram reportadas** pelas Áreas Governativas/entidades envolvidas, não tendo sido reportadas 2 medidas.

Daquelas 9 medidas reportadas, 4 foram *executadas/concluídas*, 1 foi *parcialmente concluídas*, 2 não foram executadas, tendo ficado *por iniciar* e 2 medidas estavam à data do reporte *sem informação disponível.*

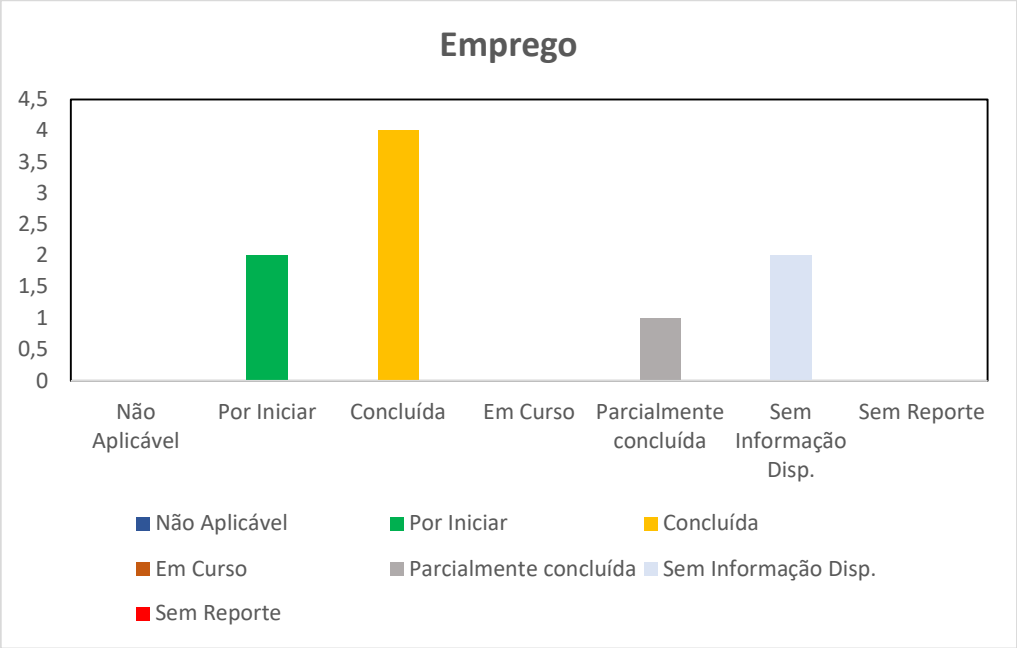

Gráfico 2. – Emprego – Estado das medidas com meta em 2020

Assim, face aos resultados apresentados, observa-se que o nível de execução das medidas no âmbito deste Domínio-Chave foi de 56%.

Habitação

Prioridade: *Promover a efetivação do direito à habitação, garantindo o acesso das pessoas jovens a uma habitação adequada, entendida no sentido amplo de habitat e orientada para as pessoas, contribuindo para a sustentabilidade do processo emancipatório e criação de autonomia das pessoas jovens e para um maior grau de liberdade na mobilidade estudantil, profissional e familiar.*

A habitação, ou o acesso a ela, é outra das preocupações das/os jovens em Portugal, que cruza com outras problemáticas sociais como seja o desemprego, o trabalho precário assim como os preços de mercado (quer para compra, quer para arrendamento).

Esta situação tem reflexos decisivos na independência dos jovens, bem como na sua estabilidade pessoal e familiar.

Não menos importante, são as dificuldades associadas à mobilidade dos estudantes do ensino superior, os quais enfrentam grandes dificuldades em suportar os preços de mercado do arrendamento.

Com o objetivo de promover e facilitar o acesso à habitação a todas as pessoas jovens e, consequentemente, a sua autonomia, foram incluídas no Plano de Ação 2020 do PNJ, **4 medidas/atividades**, sendo que todas foram *executadas/concluídas*.

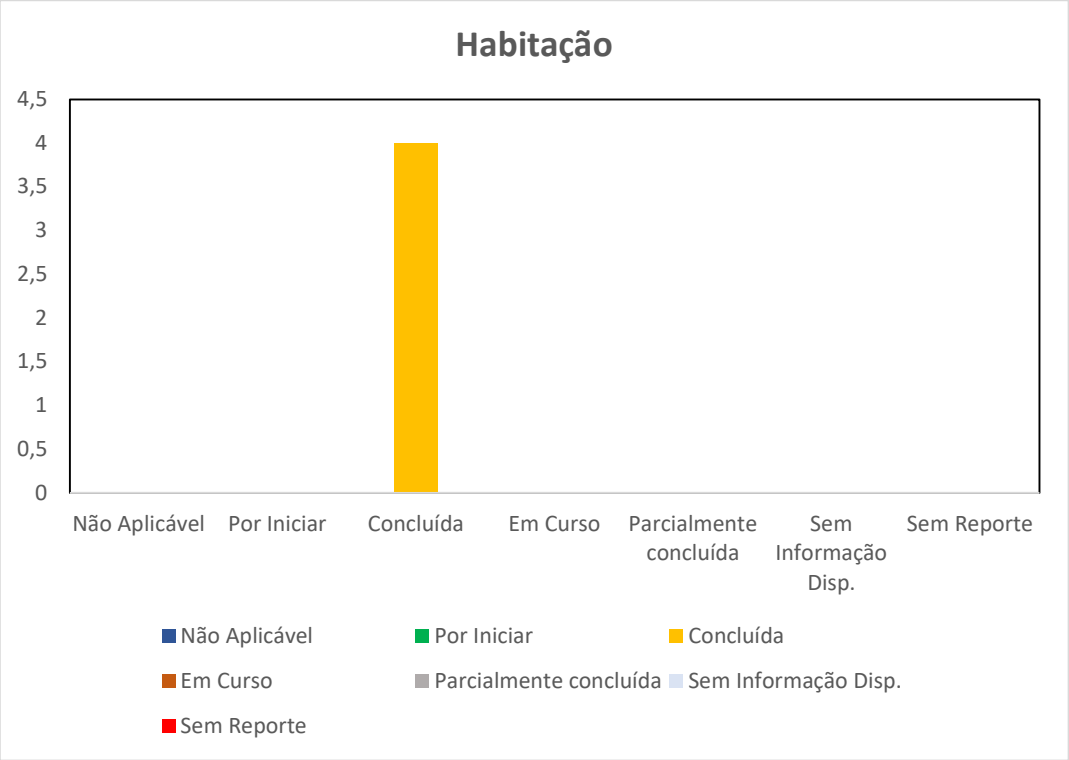

Gráfico 3. – Habitação – Estado das medidas com meta em 2020

Face aos dados apresentados e atendendo a que todas as medidas estão implementadas, o nível de execução no âmbito deste Domínio-Chave foi excelente, com uma taxa de 100%.

Saúde

Prioridade: *Garantir a efetivação do direito à saúde, tendo em consideração as dimensões bio-psico-sociais particulares desta fase da vida na promoção de políticas e programas de saúde e de um estilo de vida saudável, com vista ao bem-estar das pessoas jovens e à aquisição de competências que potenciem a qualidade de vida adulta*

O bem-estar e a saúde da população jovem adquirem uma importância particular, nesta fase, exigindo-se dos serviços respostas de proximidade e adequadas às necessidades.

Do ponto de vista da saúde interessa, também nos jovens, apoiar, educar, proteger e prevenir, contribuindo para a adoção de estilos de vida saudáveis determinantes para um desenvolvimento saudável e bem-estar, presente e futuro.

Para garantir o efetivo direito à saúde estão inscritas no PNJ um conjunto de medidas/ atividades, com execução em 2020, dirigidas a jovens, cujos resultados se descrevem seguidamente.

Foram definidas, para 2020, a execução de 11 medidas associadas a este Domínio-Chave. Destas, **9 foram reportadas**, tendo ficado sem reporte 6 medidas.

Das medidas reportadas, 5 foram *executadas/ concluídas*; 1 *Parcialmente concluída;* 1 não foi realizada, tendo ficado *por iniciar;* 1 das medidas está mal formulada pelo que lhe foi atribuído o estado *não aplicável* e 1 outra encontrava-se, à data, sem informação disponível.

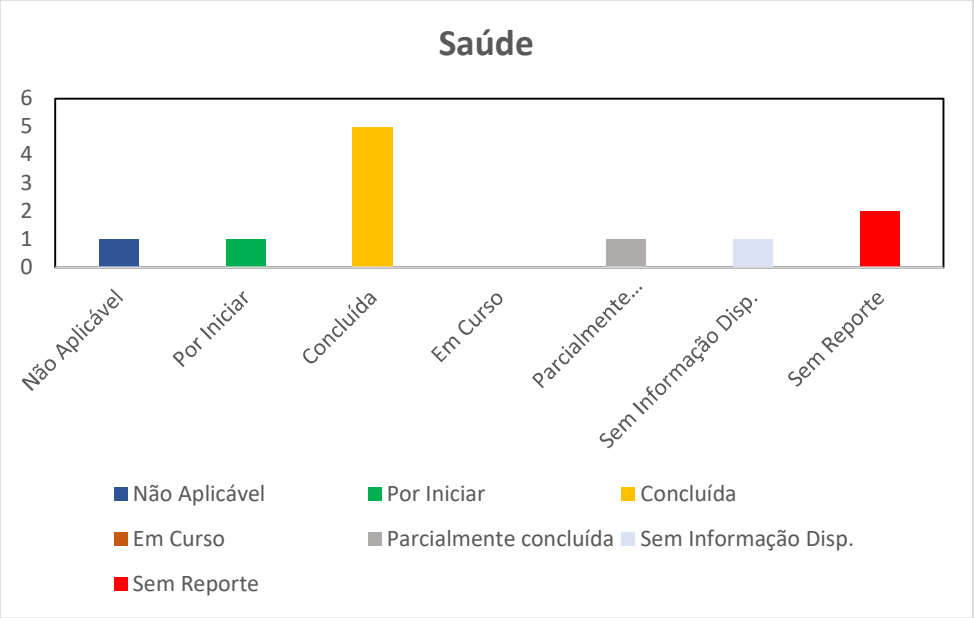

Gráfico 4. – Saúde – Estado das medidas com meta em 2020

Assim, contabilizando as medidas reportadas com estados de execução *concluídas* e *parcialmente concluídas* obtemos uma percentagem de 55%.

Temas-Chave

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Prioridade: *Garantir o envolvimento e a participação das pessoas jovens no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, assegurando, da mesma forma, que estes encontram ações, medidas e objetivos inclusivos desenvolvidos para e com pessoas jovens, monitorizando e avaliando o seu impacto na juventude.*

Um dos grandes desafios que as sociedades enfrentam atualmente consiste na preservação do Ambiente, assente num modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Educar para o desenvolvimento sustentável é um investimento no futuro, no qual os jovens têm um papel da maior relevância enquanto agentes de mudança de mentalidades, de

comportamentos e de atitudes face ao ambiente, permitindo criar um mundo mais seguro e mais saudável, com reflexos na melhoria da qualidade de vida das populações.

Torna-se, por isso, imprescindível promover nos jovens, uma cultura de cidadania (consciente, dinâmica e informada) e a participação cívica ativa, face às problemáticas ambientais da atualidade.

Das 7 medidas do Tema-Chave do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com metas a executar em 2020 **foram reportadas 5**.

Destas, duas *foram parcialmente concluídas* e 3 medidas não tiveram condição de ser executadas em virtude da situação pandémica atual às quais foi atribuído o estado *não aplicável*.

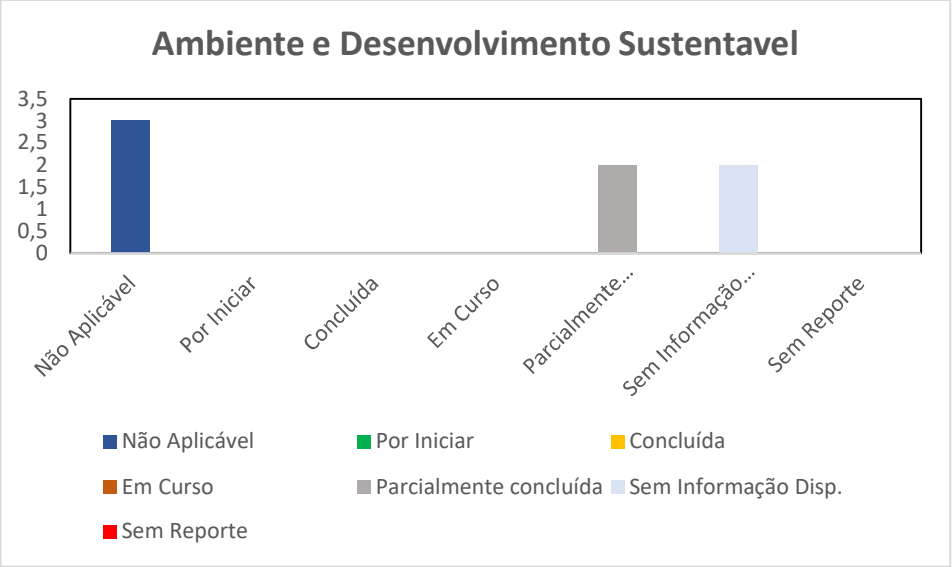

Gráfico 5. – Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Estado das medidas com meta em 2020

Verifica-se um nível de execução das medidas deste Tema-Chave, com uma percentagem de 29%.

Governança e Participação

Prioridade: *Promover práticas de governança multinível, inclusivas, participadas e participativas, com vista ao reforço institucional das políticas de juventude.*

Afirmar a centralidade da democratização da sociedade, coloca uma série de desafios à administração pública, nomeadamente a necessidade de aproximação dos cidadãos às políticas públicas, participando ativa e diretamente de forma a influenciar os processos de as decisões em matérias que lhes dizem respeito.

A mobilização social é um processo complexo que não se compadece com simples apelos à participação, no âmbito do PNJ, definiram-se medidas / atividades de incentivo aos jovens

a serem mais interventivos, de exercerem os seus direitos, mas também os seus deveres e responsabilidades para com o bem comum.

Esta abordagem compromete os cidadãos, e neste caso concreto os jovens, na discussão e planeamento de serviços públicos, nos problemas existentes e na participação das soluções, com o objetivo de melhorarem a sociedade onde vivem.

No âmbito do PNJ, definiram-se medidas / atividades de incentivo aos jovens a serem mais interventivos, de exercerem os seus direitos, mas também os seus deveres e responsabilidades para com o bem comum.

Das 41 medidas que incorporam este Domínio-Chave, 37 **foram reportadas** pelas Áreas Governativas/entidades envolvidas, não tendo sido reportadas 4 medidas.

Daquelas 37 medidas reportadas, 28 foram *executadas/concluídas*, 3 encontram-se com execução *em curso*, 3 medidas encontram-se *parcialmente concluídas,* 2 medidas que não tiveram condição de ser executadas em virtude da situação pandémica atual foi atribuído o estado *não aplicável* e 1 medida está *por iniciar*, não tendo sido, por isso, executada.

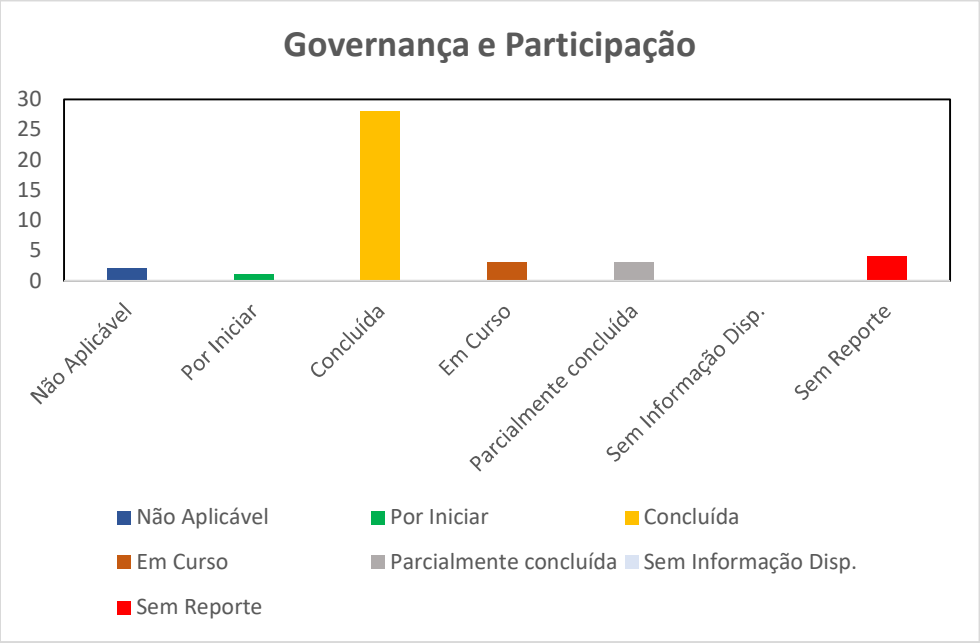

Gráfico 6. – Governança e Participação – Estado das medidas com meta em 2020

Face aos dados apresentados verifica-se que o nível de execução das medidas no âmbito deste Tema-Chave foi bom, com uma taxa de 83%.

Igualdade e Inclusão Social

Prioridade: *Promover a efetivação do direito à igualdade e inclusão social de todas as pessoas jovens, combatendo a exclusão social e todas as formas de desigualdade e discriminação.*

O tema da Igualdade e Inclusão Social está intimamente relacionado com direitos humanos e igualdade de oportunidades exigindo-se, por isso, a definição de medidas que garantam a participação igualitária por todas as pessoas, em todas as esferas da sociedade: saúde, educação, habitação, trabalho, etc.

A inclusão social visão o esbatimento das desigualdades e a exclusão social e a construção de uma sociedade mais justa, cabendo a cada um de nós uma quota-parte de responsabilidade neste desígnio.

É com esta perspetiva que o PNJ integra medidas/ atividades, dirigidas aos jovens, que promovem o respeito pela diferença, que criam acessibilidades e oportunidades e garantem a participação social, a vivência e a convivência na diversidade.

Das 32 medidas que integram o Tema-Chave da Igualdade e Inclusão Social e que tinham como meta de execução 2020, **foram reportadas 29**, tendo ficado sem reporte 3 medidas.

Daquelas 29 medidas, 14 medidas foram *executadas/concluídas*, 4 estão em curso, 7 estão *parcialmente concluídas*, 1 medida estava à data do reporte *sem informação disponível*, 1 medida que não teve condição de ser executada em virtude da situação pandémica atual foi atribuído o estado *não aplicável e* 2 encontram-se *por iniciar*, não tendo sido executadas.

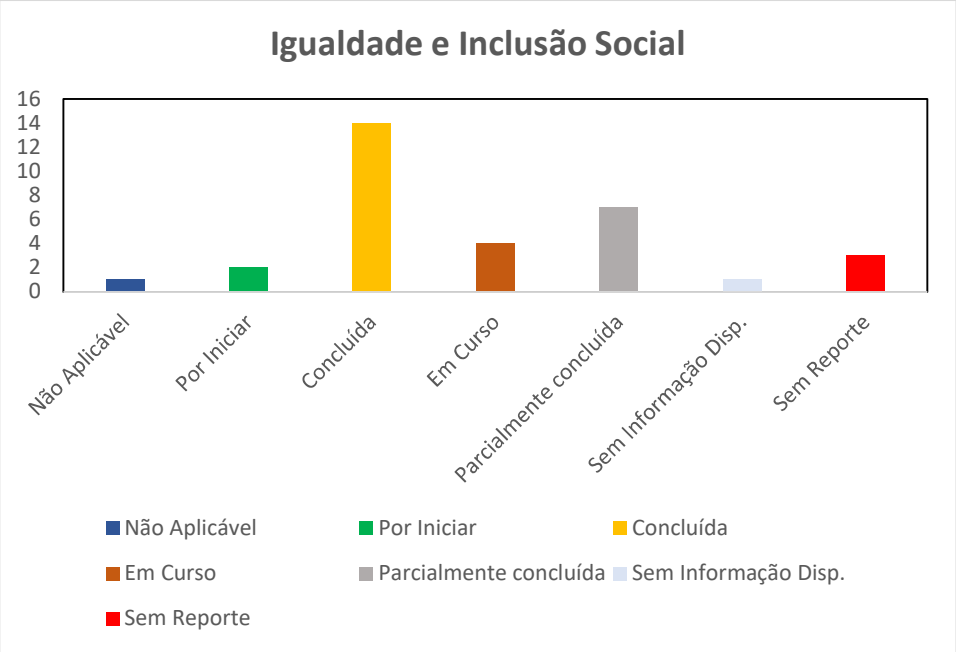

Gráfico 7. – Igualdade e Inclusão Social – Estado das medidas com meta em 2020

Os dados apresentados mostram que o nível de execução das medidas deste Domínio-Chave foi satisfatório, com uma percentagem de 78%.

Planos de Ação Sectoriais

Neste âmbito será dado destaque a outras áreas consideradas relevantes e que correspondem a planos de ação sectoriais delineados pelas áreas governativas, que têm por prioridade a promoção da transversalidade das políticas da juventude em todas as áreas governativas, concretamente, da administração interna; da agricultura, florestas e desenvolvimento rural; da cultura; da defesa; do desporto; da justiça e do mar.

Administração Interna

Obtiveram o reporte todas as **16 medidas** que integram o Plano de Ação Sectorial da Administração Interna, com metas de execução em 2020.

Destas, 7 foram *executadas/concluídas*; 1 medida encontra-se com execução *em curso;* 1 medida não foi executada, tendo ficado *por iniciar*; 1 medida foi *parcialmente concluída*; sobre 1 medida *não havia informação disponível* à data do reporte e 5 medidas não tiveram condição de ser executadas em virtude da situação pandémica atual às quais foi atribuído o estado *não aplicável*.

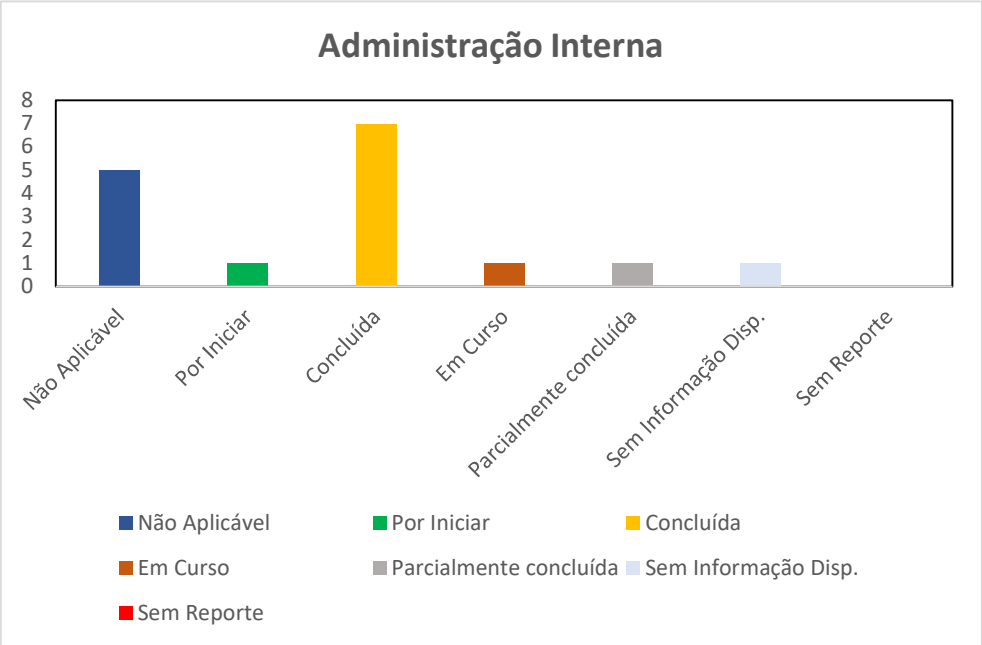

Gráfico 8. – Administração Interna – Estado das medidas com meta em 2020

Os resultados apresentados mostram que o nível de execução das medidas que integram este Plano de Ação Sectorial é satisfatório, dado que as medidas concluídas e em curso totalizam 56%, do total.

Agricultura (Florestas e Desenvolvimento Rural)

Obtiveram o reporte todas as **12 medidas** que integram o Plano de Ação Sectorial da Administração Interna, com metas de execução em 2020.

Destas, 8 foram *executadas/concluídas*; 2 medidas não foram executadas, tendo ficado *por iniciar* e sobre 2 medidas *não havia informação disponível* devidamente tratada à data de reporte.

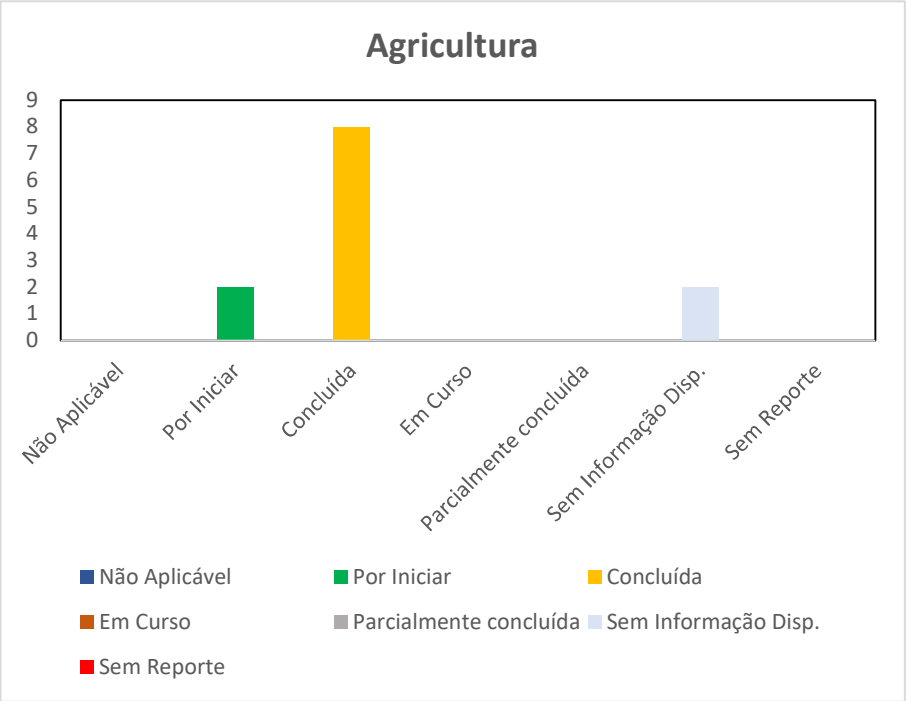

Gráfico 9. – Agricultura – Estado das medidas com meta em 2020

Os resultados apresentados mostram que o nível de execução das medidas que integram este Plano de Ação Sectorial é satisfatório, dado que as medidas concluídas totalizam 67%, do total.

Cultura

Das 12 medidas com metas de execução em 2020, e que integram o Plano de Ação Sectorial da cultura, foram **reportadas 10 medidas.**

Destas, 3 foram *executadas/concluídas*, 6 ficaram *parcialmente concluída*s e 1 não foi executada, tendo ficado *por iniciar*.

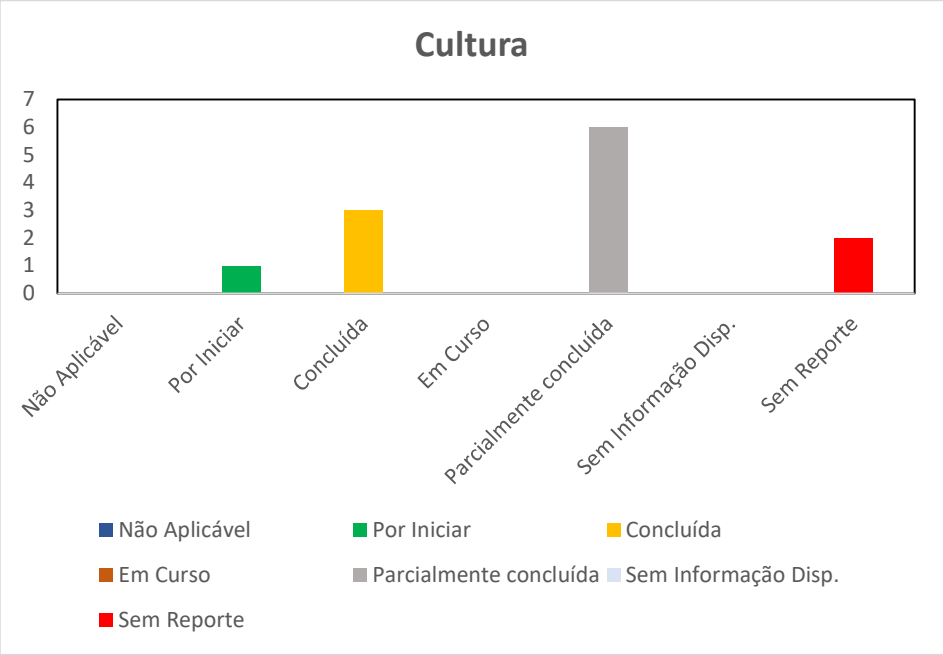

Gráfico 10. – Cultura – Estado das medidas com meta em 2020

Com uma taxa de execução do total das medidas que integram este Plano de Ação Sectorial de 75%, foi obtido um nível de execução bom.

Defesa

Das 13 medidas que integraram o Plano de Ação Sectorial da Defesa, em 2020, foram **reportadas 9**. Destas, 4 foram *executadas/concluídas*, 1 ficou *parcialmente concluída*, 1 encontra-se com processo de execução *em curso*; 2 medidas estavam à data de reporte sem informação disponível e 1 não foi executada tendo ficado *por iniciar*.

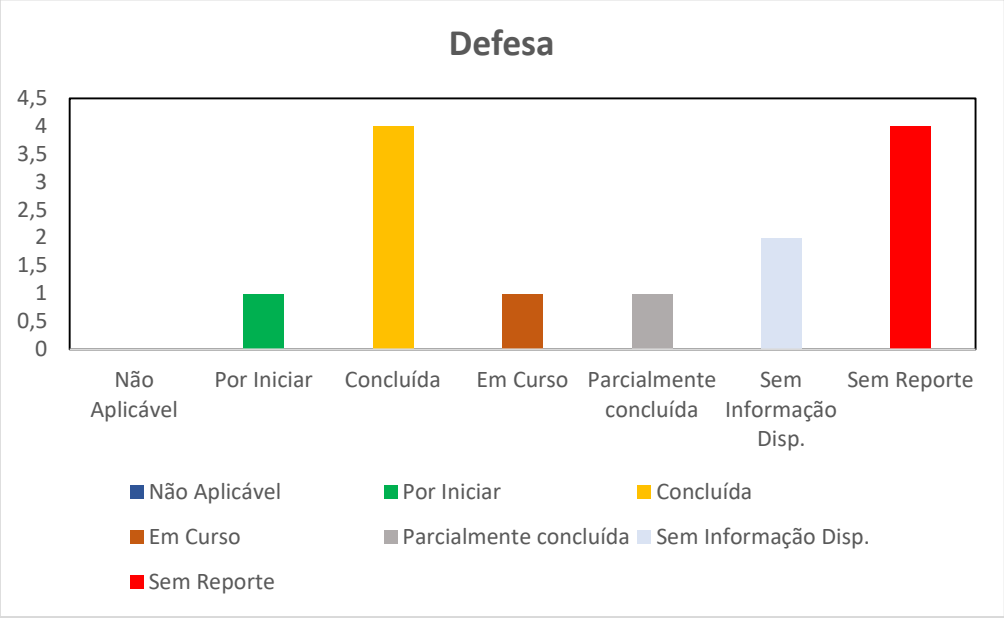

Gráfico 11. – Defesa – Estado das medidas com meta em 2020

Os dados apresentados mostram que o nível de execução das medidas no Plano de Ação Sectorial da Defesa é de 46%.

Desporto

O Plano de Ação Sectorial do Desporto integra 15 medidas com metas em 2020, as quais foram todas reportadas.

Daquelas 15 medidas, 9 foram *executadas / concluídas*; 2 medidas não tinham *informação disponível* à data do reporte*; 2* medidas encontram-se *parcialmente concluídas* e 2 não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*.

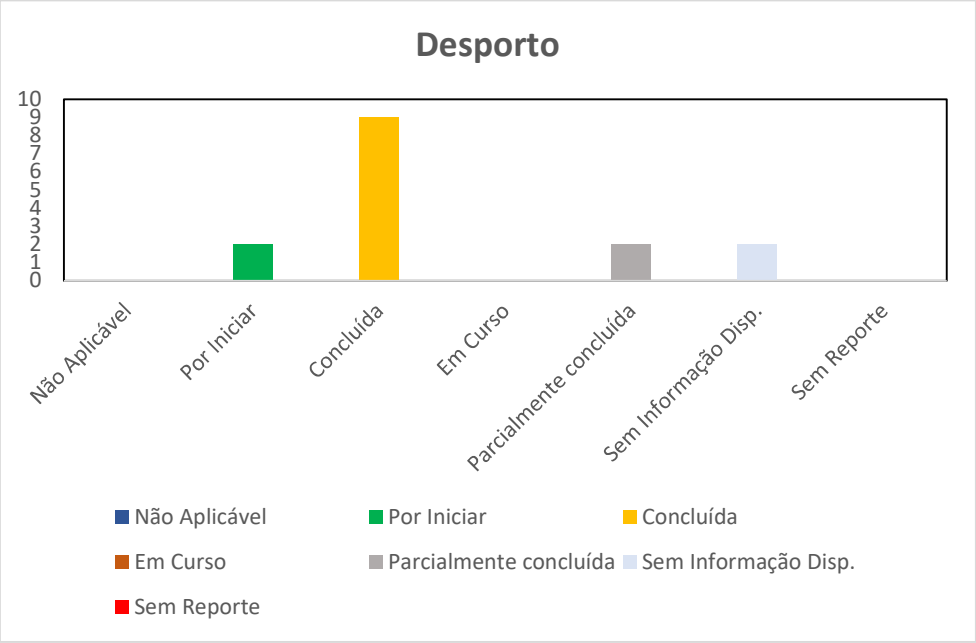

Gráfico 12. – Desporto – Estado das medidas com meta em 2020

Verifica-se um nível de execução das medidas deste Plano de Ação Sectorial, com uma percentagem de 73%.

Justiça

Das **5 medidas** que integram o Plano de Ação Sectorial da Justiça, com metas de execução em 2020, foi obtido o reporte da totalidade. A duas medidas foi atribuído o estado *não aplicável*, já que uma foi cancelada pela Comissão Europeia, situação à qual foram alheios os responsáveis pela sua execução e outra em razão da situação pandémica; 2 encontram-se *por iniciar* e 1 encontra-se *parcialmente concluída*.

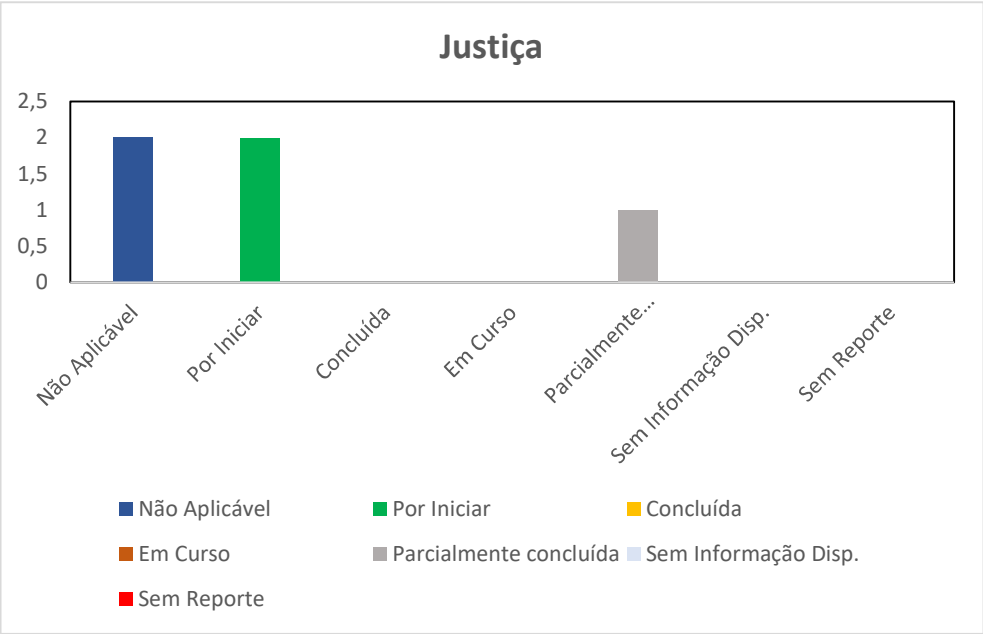

Gráfico 13. – Justiça – Estado das medidas com meta em 2020

Verifica-se um nível de execução das medidas deste Plano de Ação Sectorial, com uma percentagem de 20%.

Mar

As 12 medidas que integram o Plano de Ação Sectorial da Justiça, com metas de execução em 2020, foram todas reportadas.

Das medidas reportadas, 4 foram *executadas/ concluídas*, 2 medidas não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*; 1 medida encontrava-se à data do reporte *sem informação disponível* e 5 medidas foi-lhes atribuído o estado *não aplicável* por não terem tido condição de ser executadas em virtude da situação pandémica atual.

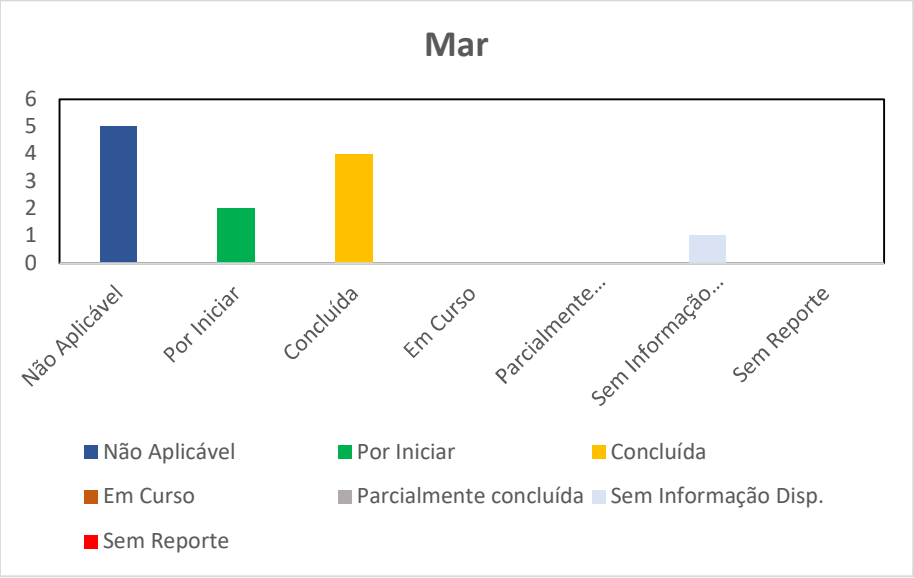

Gráfico 14. – Mar – Estado das medidas com meta em 2020

O nível de execução das medidas deste Plano de Ação Sectorial é de 33%.

Resultados Globais

Das **212 medidas** com metas de execução em 2020 **foram reportadas 189 medidas**, tendo ficado sem reporte 23 medidas. Obtivemos assim, **reporte de 89%** das medidas que integravam Plano de Ação 2020, do PNJ. Não obtivemos reporte de 11% da totalidade das medidas inscritas em Plano de Ação.

Das 189 medidas reportadas, 100 foram *executadas/ concluídas*; 27 medidas ficaram *parcialmente concluídas*; 11 encontravam-se com processos de execução *em curso*; 18 medidas não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*; 13 medidas estavam *sem informação disponível* à data do reporte e a 20 medidas foi atribuído o estado *não aplicável* por serem ações cuja situação pandémica não permitiu a respetiva implementação

Nos quadros-síntese abaixo, organizados por Domínios-Chave, Temas-Chave e Planos de Ação Sectoriais podem ser observados os estados de execução da totalidade das medidas inscritas no PNJ, com metas a 2020.

Domínios - Chave	Medidas com execução 2020							Observações
	Nº total	concluídas / executadas	Parcialmente concluídas	Em curso	Por iniciar (n/ executadas)	Não aplicável	S/ inform. disponível	
Educação Formal e Não Formal	**23**	10	2	2	1	1	1	6 medidas não reportadas
Emprego	**9**	4	1		2		2	
Habitação	**4**	4						
Saúde	**11**	5	1		1	1	1	2 medidas sem reporte

Temas-Chave	Medidas com execução 2020							Obser
	Total	concluídas / executadas	Parcialmente Concluídas	Em curso	Por inciciar	Não aplicável	Sem Inf. Disp.	
Ambiente e Desenvolvimento sustentável	7		2			3		2 medidas sem reporte e 1 medida cancelada
Governação e participação	41	28	3	3	1	2		4 medidas sem reporte
Igualdade e Inclusão Social	32	14	7	4	2	1	1	3 medidas sem reporte

Planos de Ação Sectoriais	Medidas com execução 2020							Obser
	Total	concluídas / executadas	Parcialmente concluídas	Em curso	Por iniciar	Não aplicável	Sem Inf. Disp.	
Administração Interna	16	7	1	1	1	5	1	
Agricultura (FDR)	12	8			2		2	
Cultura	12							
Defesa	13	4	1	1	1		2	4 medidas sem reporte
Desporto	15	9	2		2		2	
Justiça	5		1		2	2		
Mar	12	4			2	5	1	2 medidas sem reporte

Assim, **das 189 medidas reportadas, 53% foram *executadas/concluídas*, 14% foram parcialmente concluídas, 6% encontravam-se com processos de execução *em curso* e 9,5% não foram executadas**.

Se juntarmos ao número de medidas que não foram reportadas (23 medidas), o número de medidas que foram reportadas com indicação de inexistência de informação disponível à data do reporte (13 medidas), obtemos uma percentagem de 17% de medidas sobre as quais não temos informação.

O gráfico abaixo, mostra o estado de execução das medidas reportadas, do Plano de Ação 2020, do PNJ, à data de 31 de dezembro.

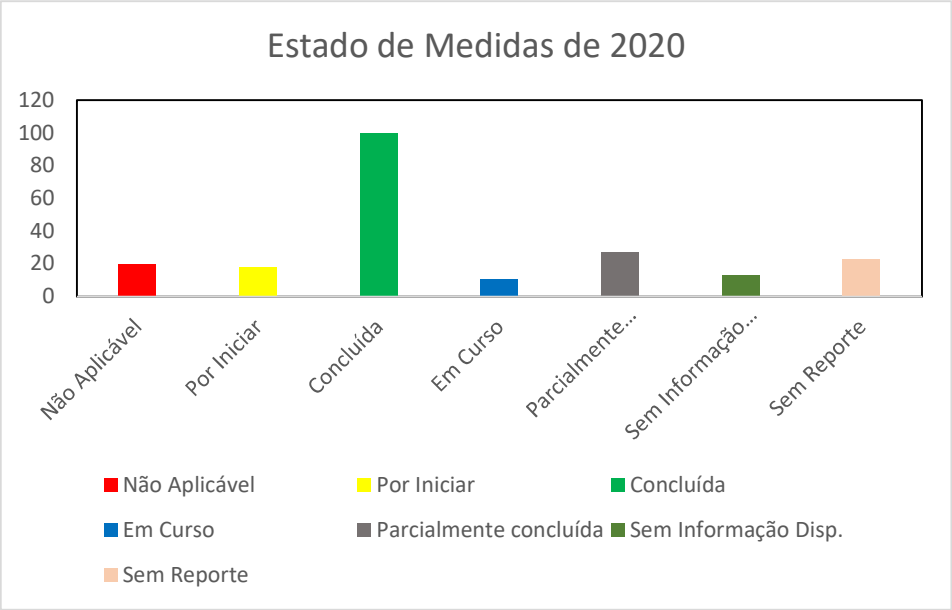

Gráfico 15. – Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2020

Tal como referido atrás, das 212 medidas com metas de execução em 2020, 100 foram concluídas e 27 parcialmente cumpridas, até ao final do ano.

Considera-se importante, no entanto, analisar o nível de execução destas medidas, uma vez que as conseguimos categorizar da seguinte forma: "Metas Superadas" - confirmou-se a superação da meta definida; "Metas Cumpridas" - verificou-se o cumprimento da meta definida e "Metas não Cumpridas", ou seja, apesar de concluídas as medidas, o cumprimento das metas ficou aquém do definido.

Metas Superadas	Metas Cumpridas	Metas Não Cumpridas
47	43	37
Total 127		

Assim, através do quadro acima verificamos que, das 127 ***medidas concluídas*** ou parcialmente concluídas, **47 superaram a meta** definida, apresentando resultados que excederam o valor previsto e desejado para cada um dos indicadores, **43 cumpriram com a meta**, apresentando resultados iguais aos valores previstos e **37 não cumpriram com a meta** definida, mostrando valores abaixo do previsto e desejável para o ano de 2020.

Nem todas as entidades apresentaram justificações e/ou eventuais constrangimentos ao não cumprimento das metas definidas, contudo foi possível esquematizar as justificações no quadro seguinte, para melhor entender o que esteve na origem do seu não cumprimento:

Nº das medidas	Medidas concluídas ou parcialmente concluídas não cumpridas	Meta	Resultado	Constrangimento
2	Implementação e desenvolvimento do certificado Passe Jovem.	750	20	Não há constrangimentos, o acesso é fácil através da plataforma informática. Parece-me que há falta de divulgação deste certificado
19	Dinamização de atividades específicas de formação e sensibilização para jovens, no âmbito da cidadania digital, nomeadamente no âmbito da participação do IPDJ no consórcio Internet Segura.	400	280	Atendendo à situação de pandemia, que o país atravessou e atravessa, a capacidade de realização de formações e sessões de sensibilização presenciais dos voluntários. Navegas juntos das escolas, associações e publico em geral (publico alvo da medida) foi muito afetada, prejudicando fortemente o alcance da medida.
21	Dinamização da iniciativa "Escola Azul".	250	66	Na realidade, para o intervalo de idades considerado, temos 214 escolas (provenientes de anos anteriores). Para 2021 gostaria ainda de alterar esta meta, porque quando a mesma foi considerada, foi pensando em todas as escolas azuis existentes (desde o pré-escolar ao secundário).
25	Criação e desenvolvimento dos TeSP, cursos de ensino superior não conferentes de grau	4000	3706	Este número não abrange todos os diplomas atribuídos no ano letivo de 2019/2020, já que algumas instituições de ensino superior só registam os diplomas quando os alunos pedem a emissão do diploma. As estatísticas oficiais da DGEEC relativas aos diplomados no ano letivo de 2019/2020 ainda não estão disponíveis. Este valor respeita aos diplomas registados na DGES, ao abrigo do n.º 1 do artigo 49.º-A do regime jurídico dos graus de diplomas do ensino superior.
27	Atribuição de bolsas de mobilidade no âmbito do Programa +Superior	3000	2180	A execução atingida deve-se desde logo ao n.º de novas bolsas fixado no Regulamento respetivo, que foi de 2.230.
33	Dinamização da rede de sinalização no âmbito do programa "Garantia Jovem". (GJ).	3000	1195	A meta anual de 3000 nunca foi atingida no âmbito do PNJ o que revela a dificuldade de sinalização dos jovens inativos e desencorajados, que não procuram ativamente medidas de apoio. A Garantia Jovem continua a dar seguimento à Estratégia de Sinalização de Jovens Inativos, desenvolvida em 2017 com o apoio da OIT mas esforços adicionais são necessários para alcançar um número maior de jovens inativos e jovens desempregados não registados. Com o reforço da Garantia Jovem e com uma nova "campanha" de sinalização em 2021 é expectável que a meta ainda possa ser atingida, considerando precisamente que que um dos objetivos do Reforço da GJ é precisamente aumentar o esforço de sinalização dos jovens inativos, dinamizando a plataforma da GJ e mobilizando as parcerias
40	Execução do programa de Incentivo ao Desenvolvimento Associativo - IDA.	45	37	Num ano marcado pela Pandemia, verificámos uma diminuição de projetos aprovados, tendo ainda ocorrido uma mudança no programa de estágios profissionais do IEFP, para a medida ATIVAR.PT;

44	Divulgação de oportunidades nacionais no âmbito do emprego, experiências profissionais e empreendedorismo no sistema de informação a jovens do IPDJ, I.P.	24	15	O Portal da Juventude deixou de estar operacional em março de 2020. Atendendo à situação que o país atravessa não houve muitas oportunidades nacionais no âmbito do emprego, experiências profissionais e empreendedorismo no sistema de informação a jovens do IPDJ, I.P. que pudessem ser disseminadas nas redes Sociais do IPDJ.
58	Implementação das medidas do Programa de Saúde Juvenil do IPDJ, IP.	18500	11869	Devido à Pandemia houve Dispositivos que não se realizaram, nomeadamente as Unidades Móveis
67	Execução do Programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».	4000	1752	A meta definida no PNJ tinha como indicação a realização deste Programa com o orçamento proveniente de 4 entidades: IPDJ (receita própria); Fundo Ambiental; ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas e ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Ora, no ano de 2020 só o IPDJ e o Fundo Ambiental é que contribuíram para a execução orçamental deste programa. Logo o número de jovens envolvidos foi menor.
69	Promoção do "Passe sub_23".	535000	437911	Situação pandémica
79	Celebração do Dia do Associativismo jovem	125	89	a pandemia Covid 19 impactou no desenvolvimento de atividades presenciais e obrigou a um modelo virtual de celebração, condicionado pela incerteza e urgência dos processos
88	Realização de ações de sensibilização no âmbito do Programa "Escola Segura" destinadas a jovens, para conhecerem os seus direitos.	10000	2034	Houve uma diminuição de ações de sensibilização realizadas nas Escolas face ao fecho das escolas no âmbito do recolhimento geral da COVID19.
91	Dinamização do Programa "Campos de Trabalho Internacionais"	275	246	Face ao contexto da Pandemia provocada pela Covid-19 e uma vez que houve encerramento de fronteiras e limitação de voos durante o ano de 2020, houve jovens que não se puderam deslocar para Portugal e campos de trabalho que tiveram de ser cancelados
109	Divulgação de oportunidades na área da mobilidade juvenil, nomeadamente, no âmbito do Programa Erasmus+, do CES, das Pousadas de Juventude e do Cartão Jovem.	230	52	Atendendo à situação que o país, a Europa e o Mundo atravessam é de salientar que as oportunidades de mobilidade no âmbito da medida foram poucas e/ou quase inexistentes. As poucas que divulgámos ocorreram na fase pré-pandémica e algumas no decorrer do 3.º trimestre de 2020. O cumprimento desta meta não depende do IPDJ, não podemos divulgar o que não existe.
110	Dinamização do "Concurso Euroscola" em Portugal	90	86	
123	Dinamização de um Centro de Atividades do Programa Escolhas.	498	56	Devido à atual pandemia não foi possível realizar atividades neste espaço desde finais de março até dezembro de 2020. Deste modo, apesar de terem sido recebidos muitos pedidos para utilização do espaço, foi devidamente articulado entre o ACM, I.P. , o Município do Fundão a Fábrica da Igreja a interdição do espaço.

126	Desenvolvimento de ações de sensibilização especificamente subordinadas ao segmento de jovens migrantes e refugiadas/os	10	4	A concretização desta medida esteve relacionada com a situação pandémica vivida.
128	Clube Escolhas - Parceria do Programa Nacional de Desporto para Todos com o programa Escolhas	300	264	pandemia provocada pelo COVID 19 inviabilizou a dinamização da atividade tal como estava prevista.
134	Formação de técnicos/as de juventude e profissionais da área da juventude em IMH, designadamente no âmbito do "Formar+".	jan/20	0/0	A pandemia de covid 19 impossibilitou a realização de medidas concretas e da aplicação da medida.
136	Implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) no que se refere aos domínios da "Igualdade de Género" e da "Interculturalidade" e promoção das temáticas da violência contra as mulheres e violência doméstica, das práticas tradicionais nefastas, e da discriminação em razão do sexo, origem racial e étnica, da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, na ENEC.	1750	497	situação pandémica
139	Dinamização de ações de informação /sensibilização no âmbito da diversidade cultural junto das associações juvenis, através da celebração de protocolo entre o ACM, I.P. e o IPDJ, I.P.	270	199	Situação pandémica
141	Distribuição dos Guiões de Educação, Género e Cidadania aprovados para os vários níveis e ciclos de ensino, em todos os estabelecimentos de ensino, e formação sobre os mesmos para docentes de todos os grupos	10	9	Situação pandémica
147	Concurso para a promoção de programas e mecanismos de prevenção e estratégias de apoio a crianças e jovens, ao nível da prevenção primária e secundária.	várias metas		
155	Publicação do relatório de reformulação da Plataforma de Dados em Saúde, integrando as recomendações produzidas no estudo de prevalência da MGF em Portugal.	31/12/2019		validação da DGS para ser publicado
164	Alargar a implementação da nova geração dos contratos locais de segurança em articulação com os municípios	35		
170	Execução de ações de informação e sensibilização sobre riscos e comportamentos de autoproteção junto da comunidade escolar.	50	18	As restantes ações não foram realizadas tendo em conta as restrições necessárias no âmbito da pandemia em curso
189	Incentivo à circulação de autores e de criações artísticas nos espaços que as/os jovens mais frequentam.	Vaárias metas		Os planos de contingência das escolas não permitiram a entrada de artistas nas escolas nem a saída de alunos para visitas de estudo, entre setembro e dezembro 2020
190	Realização de concursos para a atribuição de bolsas, prémios ou acesso a oficinas criativas ou promoção de residências/estágios, com especial atenção a criadores com necessidades especiais, em entidades	Vaárias metas		atividades realizadas no 1º trimestre de 2020, pré pandemia

	do setor quer sejam publicas ou privadas.			
201	Identificação dos militares em RV e RC existentes em cada área funcional / especialidade.	25%	20%	Ainda em fase de execução dado a dimensão das situações funcionais/especialidades disponíveis nas Forças Armadas.
207	Execução do Programa «Defesa Qualifica+» que permite a candidatura a um subsídio para pagamento de propinas, nas condições previstas no Regulamento de Incentivos	200	181	
208	Execução do Programa «Defesa Qualifica+» que prevê condições especiais de acesso previstas nos protocolos estabelecidos com Estabelecimentos de Ensino Superior.	10		
216	Desenvolvimento de indicadores de majoração de candidatura ao nível do Financiamento das federações desportivas	>1%		
218	Programa de Desporto Escolar 2017-2021	7000	4823	
225	Dinamização de ações, campanhas e projetos que visem a promoção da ética no desporto, para pessoas jovens, no âmbito do Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED).	70	65	Pandemia provocou uma diminuição das ações
226	Dinamização de ações, de formação e campanhas especificamente direcionadas, em conteúdo e forma de comunicação, para pessoas jovens, no âmbito do PNED.	40	36	Houve uma diminuição das ações por motivo da pandemia
229	Desenvolvimento de plataforma informática de registo único e integrado, de âmbito nacional, de processos de qualquer natureza, relativos a crianças e jovens, abrangendo as CPCJ, o Ministério Público e os Tribunais.			Conforme decorre do anterior campo, na atualidade, os sistemas das entidades envolvidas na execução da medida não são entre si comunicantes, importando relevantes alterações estruturais.

Apesar de concluídas, estas 37 medidas não cumpriram a meta definida.

Através do quadro acima conseguimos visualizar as justificações ao não cumprimento dessas metas, com exceção de 5 medidas sobre as quais os respetivos pontos focais não apresentaram qualquer justificação / constrangimentos - medidas nºs 164, 207, 208, 216 e 218.

Ao não cumprimento das medidas nºs 19, 40, 44, 58, 67, 69, 79, 88, 91, 109, 110, 123, 126, 128, 134, 136, 139, 141, 170, 189, 190, 225 e 226 está associada a situação pandémica que o país atravessa, atualmente.

Às medidas nºs 2, 27, 33, 67, 147, 155, 201 e 229 estão associadas dificuldades na operacionalização que justificam o não cumprimento das respetivas metas, nomeadamente: ausência de financiamento por parte de organismos parceiros (67); aprovação tardia dos projetos (147); A aguardar validações (155); dificuldades que derivam da dimensão e complexidade do projeto (201); dificuldade de sinalização do público-alvo (33) e Dificuldade em fazer chegar a iniciativa ao público-alvo (2) e necessidade de revisão de meta de acordo com regulamentos próprios (27).

A medida 21 é entendida, pelos seus pontos focais, como tendo indicadores/ metas que não se adequam, pelo que propõe alterações. A medida não é exequível, carece de reformulação, tendo sido proposta alteração, para os anos seguintes.

A medida 25 pese embora conste como Não cumprida, importa referir que a mesma não dispõem, ainda de todos os dados que não estão ainda disponíveis.

Torna-se, igualmente, importante fazer uma análise das **16 medidas**, com metas para 2020, que não foram executadas, tendo ficado ***Por Iniciar*.**

Foram apresentadas, por parte das entidades responsáveis/ envolvidas, as respetivas justificações e constrangimentos que impossibilitaram a execução das medidas. Através do quadro abaixo conseguimos analisar os motivos que inviabilizaram a não execução das referidas medidas.

Medida	Indicador	Meta 2020	Justificação / Constrangimentos à não execução da medida
3-Promoção da integração do Passe Jovem no certificado de conclusão do ensino secundário	% de estudantes que, tendo Passe Jovem, solicitam a sua integração no certificado de conclusão do ensino secundário	7,50%	O Ministério da Educação ainda não fez a integração do Passe Jovem no certificado do ensino secundário
34 - Apoio a projetos-piloto desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos e/ou consórcios que envolvam parceiros públicos.	N.º de projetos apoiados	5 (meta de 2019)	Realizaram-se reuniões com o IEFP, sobre o assunto. Propõem transição para 2021
41- Campanha de aproximação das pessoas jovens à Indústria	A definir	S/meta	Em estudo no METD.
60- Elaboração de relatório de monitorização da implementação da educação para a saúde de adolescentes, designadamente a educação sexual e a área da prevenção dos consumos nocivos, com dados desagregados por sexo	Data de conclusão de relatório	28 de fev	Situação pandémica
93- Dinamização do Orçamento Participativo Jovem Portugal.	Nº de propostas/nº de jovens	500/9500	Não houve autorização superior para a abertura de nova edição do Programa.
131- Contribuir para a reabilitação de jovens em situação de privação de liberdade, através do desporto.	Nº de competições anuais	2	A medida teve execução em 2019 e não teve início em 2020
132 Contribuir para a reabilitação de jovens em situação de privação de liberdade, através do desporto.	Nº de grupos/equipas implementados pelo projeto	10	A medida teve execução em 2019 e não teve início em 2020

167 - Concurso anual em que as escolas se candidatam com trabalhos no âmbito da proteção civil, incentivando a originalidade e a criatividade na exploração dos temas relacionados com a temática da proteção civil.	N.º de concorrentes	Crescimento de 10%	Medida não chegou a ser iniciada e não tem seguimento anual.
179 Facilitar o acesso à terra por parte das pessoas jovens.	40		Não se realizaram concursos no âmbito da Bolsa nacional de terras
182 Qualificar e diversificar as competências de Jovens Agricultoras/es	750		No ano de 2020 não foram abertos concursos para a apresentação de candidaturas na Operação 211 do PDR2020, em face da reduzida execução dos projetos já aprovados. As necessidades de formação dos jovens agricultores podem ser acauteladas por estas candidaturas ainda em execução.
186 - Execução do programa "Jovens Criadores".	N.º de Candidaturas	125	O Programa não se realizou uma vez que a DGO não libertou a verba para a sua execução
205 - Execução do Programa "Defesa Qualifica" que visa apoios financeiros facilitar o acesso a formação.	N.º de candidatas/os comparticipadas/os	100	Sem disponibilidade orçamental para arrancar com o programa "Defesa Qualifica".
223 - Implementação de prémio anual para a instituição de ensino superior que apresente o melhor programa de promoção de atividade física e desportiva (com indicadores de promoção do desporto feminino, inclusão social, das pessoas com deficiência, estudantes em situação socioeconómica desfavorecida, estudantes com necessidades específicas)	N.º de candidaturas	10	Em 2021 será lançado um novo programa de apoio a instituições do ensino superior que, deverá conter a execução desta medida.
224 - U-Active Award: troféu com a finalidade de reconhecer projetos académicos de jovens que visem a promoção da atividade física e desporto no ensino superior.	N.º de grupos inscritos	50	Projeto não candidatado, nem apoiado em 2019
230 Consideração do enquadramento do sistema de mediação tutelar educativa (SMTE) no contexto dos sistemas públicos de mediação geridos pela Direção-Geral da Política de Justiça.	Elaboração de recomendações decorrentes da análise realizada.		Nada há a acrescentar ao que foi anteriormente reportado para 2019, medida por iniciar
231 Regulamentação do Sistema de Mediação Tutelar Educativa, definindo quem pode realizar a mediação, seja da responsabilidade de entidades privadas, seja através do sistema de mediação pública.	Relatório de diagnóstico e recomendações, considerando a análise do trabalho realizado em 2010 e estratégia a desenvolver		Nada há a acrescentar ao que foi anteriormente reportado para 2019, medida dependente da medida 230, pelo que mantém-se por iniciar
239 - Atribuição do Prémio Mário Ruivo: Gerações Oceânicas.	N.º de candidaturas	55	Medida a reformular uma vez que se prevê que não seja executada.
243 - Dinamização do programa "Ocupação Científica de Jovens nas Férias".	N.º de estágios	5	Impossibilidade de realização devido à COVID-19

Observando as justificações/ constrangimentos apresentados pelos pontos focais das Áreas Governativas responsáveis pelas medidas identificadas, conseguimos agrupar as medidas que ficaram ***por iniciar***, da seguinte forma:

Situação Pandémica: Medidas 60/243

Constrangimentos financeiros (restrições/ atrasos orçamentais/ procura de financiamentos): Medidas 186 e 205.

Cancelamento ou necessidade de reformulação de projetos / atividades: Medidas 223 e 239

Sem justificação apresentada: Medidas 131, 132, 167 e 224

Dificuldades várias de concretização: O Ministério da Educação ainda não integrou o passe jovem no certificado do ensino secundário– Medida 3; Ainda em curso, propõem transição para 2021 – Medida 34; Ainda em estudo – Medida41; sem autorização superior para nova edição-Medida 93; Não se realizaram concursos medidas 179 e 182.

Há ainda a analisar as medidas sem cumprimento de metas, nos estados ***não aplicável e em curso.***

Neste âmbito, há a destacar as <u>medidas nºs 1, 11, 74, 75, 81, 124, 145, 152, 154, 162, 204</u>, as quais se encontram ***em curso***, e com as metas por cumprir, apontando como causas os seguintes aspetos

1 Reconhecer e valorizar a participação das/os estudantes em atividades formais e informais realizadas em contexto educativo (dentro ou fora da escola), designadamente as realizadas no âmbito da implementação da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	Data de publicação de Portaria	S/ Meta	Em fase de consulta pública
11 Implementar medidas de ação positiva para a promoção da igualdade entre mulheres e homens (IMH) na aprendizagem ao longo da vida.	Criação de um grupo de trabalho dedicado à redução das taxas de abandono e insucesso escolar dos rapazes (superiores às das raparigas), com o objetivo de apresentar um diagnóstico e propor medidas.	31/05/2019	A situação atual de pandemia justifica a medida agora apontada.
74 Delineação de um sistema de indicadores de juventude	Prazo de apresentação pública do sistema de indicadores de juventude	30/06/2019	

75 Criação de uma medida no OE para quantificar a despesa pública relacionada com políticas públicas de juventude, através da articulação entre entidade coordenadora do PO Educação e DGO.	Prazo de conclusão	31/07/2019	
81 Estimular a participação das/os jovens no movimento associativo jovem, apoiando as associações ao nível de planos de atividades, das infraestruturas, equipamentos e dos recursos humanos e formativos e contribuindo para a sua visibilidade.	Nº de associações	30	A situação pandémica, o que tem motivado dificuldades no processo associativo. Além disso, a plataforma informática de gestão do RNAJ não atingiu ainda o grau de consecução que permita obter os dados da forma mais adequada e o conhecimento mais produtivo dos dados inseridos pelas entidades, estando em curso um processo de desenvolvimento faseado das funcionalidades.
124 Avaliação de impacto sucessivo do regime legal aplicável a jovens penalmente imputáveis, entre os 16 e os 21 anos, à luz das alterações introduzidas pela Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto, em sede de execução de penas e das sanções alternativas às medidas privativas de liberdade.	Elaboração de recomendações decorrentes da avaliação do regime	1	O cumprimento do trabalhos foi interrompido em 2020, tendo sido elaborada análise exploratória do impacto da Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto, com as conclusões/ recomendações possíveis enunciadas – revisitação do Decreto-lei n.º 401/82, de 23 de setembro, integrando a perspetiva desta lei. Da análise exploratória efetuada resulta que os números da aplicação deste regime aos jovens entre os 16 e os 21 é pouco expressiva, mas ainda assim é um importante instrumento porque compreende uma medida não carcerária e com maior potencial ressocializador.
145 Promover medidas de prevenção e combate à homofobia, bifobia, transfobia e interfobia no sistema de educação.	Data de apresentação do Guia.	31/12/2019	Guia elaborado em articulação com MEDU, aguarda revisão e agendamento de lançamento
152 Realização de uma campanha sobre casamentos infantis, precoces e forçados	Data de lançamento da campanha	31/12/2019	Foi criado pela SECI um grupo de trabalho sobre casamentos infantis, precoces e forçados, que terá a responsabilidade de "um livro branco" sobre casamentos infantis, precoces e forçados, o qual irá determinar as medidas a implementar

154Produzir, atualizar, difundir e monitorizar orientações técnicas e de normas/modelo de sinalização e monitorização de casos ou potenciais casos de MGF e casamentos infantis, precoces e forçados	Data de Conclusão	31/12/2020	Encontra-se em fase de validação final
162 Elaboração de diagnóstico das áreas de maior incidência de atos violentos.	Produção de relatório anual.	1	Não existem constrangimentos quanto ao que é pedido, um relatório. Contudo, a data de publicação do mesmo situa-se, por norma, no final do primeiro trimestre de cada ano civil.
204Definir um conjunto de orientações facilitadoras da organização das atividades e competências requeridas para cada especialidade militar, permitindo a orientação e decisão sobre o percurso formativo e profissional dos militares.	Apresentação do protótipo de instrumento do Guia Militar para a Qualificação (GMQ) à Defesa Nacional; Apresentação do GMQ à Defesa Nacional; Divulgação do GMD à Defesa Nacional.	25%	Em fase de levantamento da informação relevante, através da definição de scripts e fluxogramas e verificação da disponibilidade orçamental.

No âmbito das medidas com estado ***não aplicável*** e, portanto, não cumpridas encontramos:

Medidas que não obtiveram qualquer execução devido à situação pandémica e considerando ser este o motivo, entendeu-se não serem colocadas nas iniciativas *por iniciar*, de forma a distinguir por um lado os motivos das iniciativas que não se iniciaram, por outro, para perceber o peso que a situação pandémica teve na execução do PNJ.

Nesta circunstância encontramos 20 medidas, a saber, medidas nºs 68, 73, 100, 107, 120, 157, 159, 166, 169, 173, 232, 241, 242, 243, 244, 247.

Encontramos ainda outras 5 medidas no estado não aplicável, sem cumprimento de metas cujo incumprimento apontam para os seguintes constrangimentos: 7, 65, 71, 234

7- Assegurar a conclusão da escolaridade obrigatória de jovens estudantes, entre os 15 e os 18 anos de idade que frequentam a escolaridade com medidas seletivas e/ou adicionais definidas no Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho.	.% de estudantes certificados		A medida está mal formulada. As medidas universais abrangem todos os alunos da escola.
65- Dar a conhecer projetos a nível nacional que promovem a atividade física de pessoas jovens.	Nº iniciativas dirigidas a jovens	25	Esta medida não é da responsabilidade do MS como já foi esclarecido com a coordenação do pnj no ano de 2019
71- Promover o empreendedorismo de base social e ambiental, junto de jovens em idade escolar.	Nº jovens envolvidos	4600	O projeto foi cancelado em 2018.
234 – Prevenir a radicalização violenta de pessoas jovens em contexto de execução de medidas de internamento em Centro Educativo e em cumprimento de penas e	Um instrumento de avaliação / deteção precoce de situação de risco de	Sem meta	Cancelada em 2019 pela Comissão Europeia, situação a que foram alheios os responsáveis pela sua execução e que, por este motivo, não integram o conjunto das medidas que ficaram por iniciar, em 2020. Dado que a ação não irá

medidas em Estabelecimento Prisional em Portugal	recrutamento		ser retomada foi dada indicação, por parte dos respetivos pontos focais, que não deverá integrar o futuro Plano de Ação do PNJ

Por fim, importa sinalizar as 13 medidas ***sem informação disponível***

17-Incentivar a frequência de formação no âmbito do Programa Qualifica e do Plano Nacional de Literacia por parte de jovens que não tenham concluído a escolaridade obrigatória.	Data de apresentação do plano	S/ meta	
42- Divulgar oportunidades de experiências profissionais, de emprego e de apoio ao autoemprego junto das pessoas jovens	. Nº estágios/ano	S/ meta	Não foram definidas metas
45- Divulgar oportunidades de experiências profissionais, de emprego e de apoio ao autoemprego junto das pessoas jovens.	N.º de concursos/projetos ganhos por jovens empresárias/os, por ano.	S/ meta	Não foram definidas metas
54-Realizar o levantamento dos serviços específicos para jovens existentes no Serviço Nacional de Saúde.	Prazo de apresentação do resultado do inquérito	31/12/2019	Dificuldade de obter disponibilidade pelos profissionais de saúde durante pandemia Covid 19,para desenvolverem as atividades necessárias aos reportes das medidas em tempo útil.
144-Promover a efetivação do direito à igualdade e inclusão social de todas as pessoas jovens, combatendo a exclusão social e todas as formas de desigualdade e discriminação. (sem objetivo operacional)	Protocolos entre a CIG e escolas superiores de educação celebrados.	2	
172-Criação de um jogo virtual/aplicação com temas relacionados com a segurança.	Sem indicador	Sem meta	
176-Promover e incentivar o investimento no setor agrícola por parte de jovens agricultores (JA).	2	1	Em 2020 foi aberto 1 concurso de apoio ao investimento associado à instalação de jovens agricultores, que apenas encerrou em fevereiro de 2021, e que se encontra em análise
185- Alertar para o consumo moderado de bebidas alcoólicas, mais especificamente do setor vitivinícola	3		Estas atividades desenvolvidas pelo IVV são no âmbito da medida da Promoção no Mercado Interno (PMI). É importante salientar que, por forma a mitigar os efeitos negativos da pandemia, o IVV,IP deu a possibilidade do financiamento relativamente ao ano de 2020 poder ser executado no ano de 2020 e 2021. Deste modo, só no final do 1º trimestre de 2022 estará habilitado com a informação relativa às ações desenvolvidas quer no ano de 2020 e de 2021.
202-Caracterização dos cursos de formação inicial desenvolvidos pelos Ramos.	Apresentação do protótipo de instrumento do Guia Militar para a Qualificação	25%	Dado o quantitativo de referenciais de formação disponíveis, ainda não foi possível analisar a totalidade dos cursos de formação inicial.

	(GMQ) à Defesa Nacional; Apresentação do GMQ à Defesa Nacional; Divulgação do GMD à Defesa Nacional		
203-Definir um conjunto de orientações facilitadoras da organização das atividades e competências requeridas para cada especialidade militar, permitindo a orientação e decisão sobre o percurso formativo e profissional dos militares.	Apresentação do protótipo de instrumento do Guia Militar para a Qualificação (GMQ) à Defesa Nacional; Apresentação do GMQ à Defesa Nacional; Divulgação do GMD à Defesa Nacional.	25%	Dado o quantitativo de referenciais de formação disponíveis, ainda não foi possível analisar a totalidade dos cursos de formação inicial.
220-Facilitar a participação desportiva de jovens em atividades do desporto universitário.	Nº de atletas desporto universitário.		Apresentados apenas dados preliminares, ainda não estão disponíveis os definitivos
228-Criação, de acordo com os pré-requisitos, de quotas para a participação de jovens nos cursos de formação de treinadores, juízes, árbitros e dirigentes desportivos.	Nº de jovens que ingressam nos cursos.	S/ meta	Dados disponíveis no 2º semestre de 2021
236-Partilhar a Ciência através de experiências.	Nº de estudantes	500	

PNJ - Análise comparativa 2019 e 2020

Apresentados que estão os dados relativos à execução do Plano de Ação 2020, do PNJ, e fazendo as devidas ressalvas no que se refere à ausência de reporte das medidas acima identificadas, podemos fazer uma breve análise comparativa dos resultados, relativamente a 2019.

Os gráficos abaixo mostram os estados de execução das medidas em 2019 e o estado de execução das medidas em 2020, o que permite, nesta fase, fazer uma leitura dos dados dos dois últimos anos de vigência do PNJ.

Relativamente a 2019, e face ao reporte das 196 medidas que integravam o respetivo Plano de Ação, constata-se a execução/conclusão de 112 medidas; 7 encontravam-se *parcialmente concluídas* (uma percentagem significativa das tarefas foi concluída); 39 medidas registavam execução *em curso* e 28 medidas não foram executadas. A estes totais acrescem 3 medidas sobre as quais *não existia informação disponível* à data do reporte. Existem, ainda 2 medidas que careciam de reformulação e 2 que sofreram cancelamentos por parte da EU.

Contabilizando as medidas que se encontram nos estados *concluído*, *parcialmente concluído* e *em curso*, apresenta-se uma taxa de execução de 80,5% das medidas reportadas (196) e 14% de medidas não executadas.

De salientar que, não obtivemos reporte de 23 medidas, que corresponde a 10,5% do total previsto executar em 2019 (219 medidas).

Relativamente a 2020 das **212 medidas** previstas em plano **foram reportadas 189 medidas**, tendo ficado sem reporte 23 medidas.

Das 189 medidas reportadas, 100 foram *executadas/ concluídas*; 27 medidas ficaram *parcialmente concluídas*; 11 encontravam-se com processos de execução *em curso*; 18 medidas não foram executadas, tendo ficado *por iniciar*; 13 medidas estavam *sem informação disponível* à data do reporte e a 20 medidas foi atribuído o estado *não aplicável* por serem ações cuja situação pandémica não permitiu a respetiva implementação

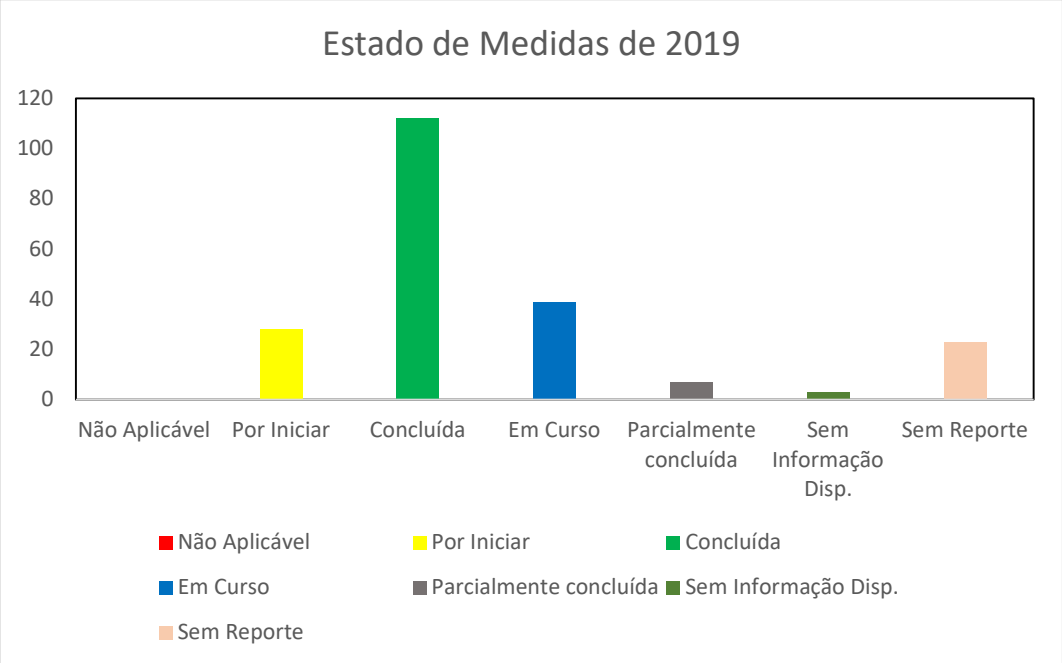

Gráfico 16. – Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2019

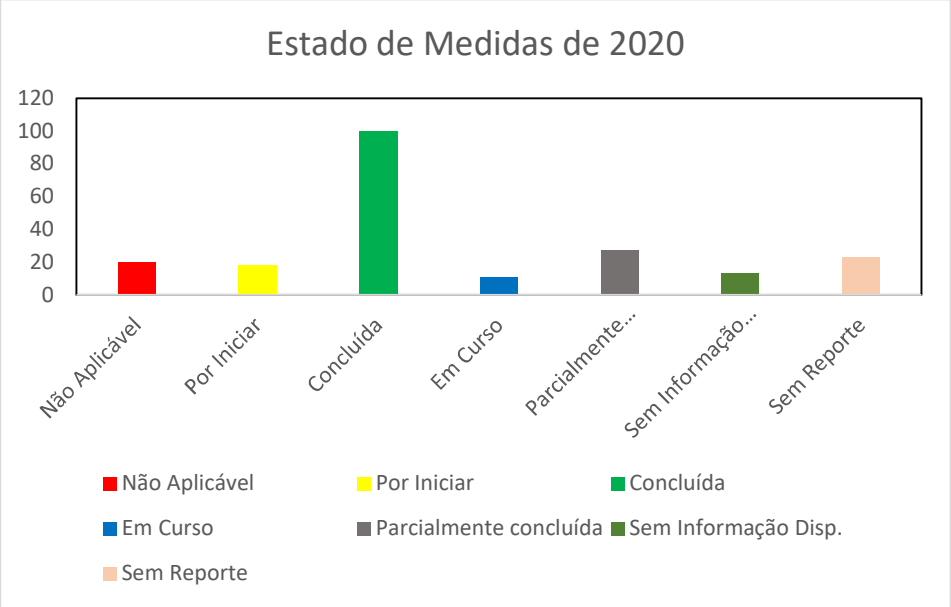

Gráfico 17. –Dados Globais - Estado das medidas com metas de execução em 2020

A análise do Gráfico abaixo, permite fazer esta avaliação em termos percentuais e perceber a dinâmica do PNJ nos primeiros dois últimos anos de vigência, no que se refere às medidas nos estados: *concluída*, em curso e *parcialmente concluída , por referência à* totalidade das medidas reportadas (189). Neste contexto, 2019 obteve uma taxa de execução de medidas superior a 2020 com, respetivamente, 81% e 73%.

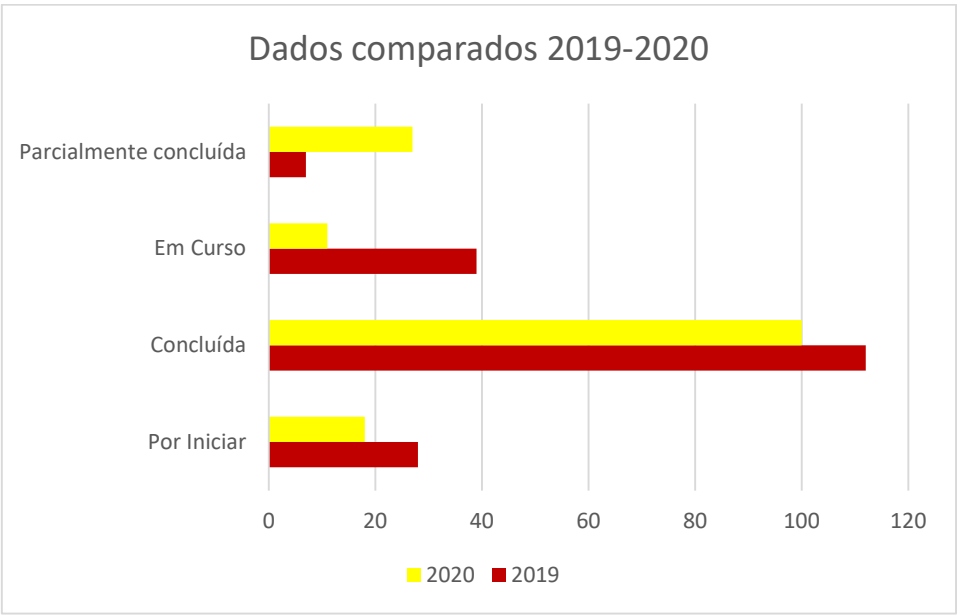

Gráfico 18– Dados comparativos - Medidas 2019 e 2020

É, no entanto, incontornável a constatação do impacto da atual situação de pandemia que o país atravessa. De acordo com os valores apurados, 40% das medidas sem meta atingida têm origem nesta situação.

Considerações finais

Este terceiro ano de vigência do PNJ foi, à semelhança dos outros, um ano de continuidade da afinação de procedimentos e, sobretudo, de aprofundamento de metodologias e de articulação com as diferentes áreas governativas que consubstanciou o PNJ enquanto instrumento político da transversalidade das políticas de juventude em Portugal.

Este ano entrou em funcionamento a plataforma de gestão do PNJ que, pese embora, a longo prazo. seja um recurso fundamental na avaliação e monitorização do Plano, assim como na otimização das diversas interações com as várias áreas governativas provocou, no imediato, alguma instabilidade e obrigou a um processo de adaptação ao nível do reporte.

A nova plataforma informática, seguramente, facilitará, quer o trabalho dos pontos focais (que reportam informação), quer o trabalho do IPDJ, I.P. (que analisa os dados e avalia os resultados). Atingiremos, em breve, um nível de maturidade que contribuirá para a eficácia, eficiência e a qualidade do trabalho desenvolvido por todos os intervenientes.

Há ainda a salientar a situação atípica que o país atravessa. A situação pandémica influenciou largamente a execução do Plano, quer ao nível da atividades e projetos que não foram de todo executadas, quer ao nível das que, embora executadas, vieram a obter resultados francamente inferiores face aos anos anteriores. Houve também registos associados à situação pandémica, ao nível do reporte, nomeadamente, na inexistência de dados já tratados e devidamente analisados em condições de serem reportados.

Analisando os dados quantitativos e qualitativos disponíveis e os resultados apresentados, há a salientar que naquelas medidas que foram reportadas, os dados apresentados quanto aos níveis de execução mostram-nos o seguinte desempenho: Habitação (100%); Governança e Participação (83%); Igualdade e Inclusão Social (78%); Agricultura, florestas e desenvolvimento rural (67%); Cultura (75%); Desporto (73%); Educação Formal e Não Formal (61%); Emprego (56%); Administração Interna (56%); Saúde (55%); Defesa (46%); Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (29%); Mar (33%); Justiça (20%).

De mencionar que os resultados desta avaliação do PNJ concorrem e refletem-se, igualmente, noutras agendas, estratégias/ planos nacionais, tais como a Agenda 2030, através da evidência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, numa perspetiva de alinhamento de políticas nacionais no âmbito da Juventude.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM, I.P.	Alto Comissariado para as Migrações, I. P.
AG PDR 2020	Autoridade de Gestão do PDR 2020
AICEP, E. P. E.	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
AMA	Agência para a Modernização Administrativa, I.P.
ANESPO	Associação Nacional de Escolas Profissionais

ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
ANQEP, I.P.	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.
ANSR	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária
APA, I.P.	Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.
ARS	Administrações Regionais de Saúde
CDNJ	Centro Desportivo Nacional do Jamor
CE	Centros Educativos
CES	Corpo Europeu de Solidariedade
CESD	Colégio Europeu de Segurança e Defesa
CFD	Centros de Formação Desportiva
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CITI	Centro de Investigação para as Tecnologias Interativas
CNPDPCJ	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
COP	Comité Olímpico de Portugal
CPCJ	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPN	Comparticipação Pública Nacional
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAE	Direção-Geral da Administração Escolar
DGAEP	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGES	Direção-Geral de Ensino Superior
DGestE	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça
DGRDN	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGS	Direção-Geral de Saúde
DL	Decreto-Lei
DRCN	Direção Regional da Cultura do Norte
ENEC	Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030
ERYICA	*The European Youth Information and Counselling Agency* - Agência Europeia de Informação e Aconselhamento para Jovens

FADU	Federação Académica do Desporto Universitário
FCT	Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.
FMH	Faculdade de Motricidade Humana
GEPAC	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
GJ	Garantia Jovem
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAPMEI, I.P.	Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
IEFP, I.P.	Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.
IES	Instituições de Ensino Superior
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMH	Igualdade entre Mulheres e Homens
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes
INA, I.P.	Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas
INE, I.P.	Instituto Nacional de Estatística, INE, I.P.
INIAV, I.P.	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.
INR, I.P.	Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.
IPDJ, I.P.	Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.
IPMA, I.P.	Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
IRHU, I.P.	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.
IRN	Instituto de Registos e Notariado
ISS, I.P.	Instituto da Segurança Social, I. P.
IVV, I.P.	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
JA	Jovem Empresário Rural
JER	Instituto da Vinha e do Vinho, I. P.
LGBTI	Lésbica, *Gay*, Bissexual, Trans e Intersexo
MAFDR	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
MAI	Ministério da Administração Interna
MATE	Ministério do Ambiente e Transição Energética
MC	Ministério da Cultura
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MDN	Ministério da Defesa Nacional
ME	Ministério da Economia
MEDU	Ministério da Educação
MF	Ministério das Finanças
MGF	Mutilação Genital Feminina
MJ	Ministério da Justiça

MM	Ministério do Mar
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Movijovem	Movijovem – Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada
MPI	Ministério do Planeamento e Infraestruturas
MPMA	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NGPH	Nova Geração de Políticas de Habitação
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OE	Orçamento do Estado
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPART	OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E.
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
OPRE	Programa Operacional de Promoção da Educação
PA	Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
PAA	Programa de Arrendamento Acessível
PDR2020	Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
PE	Programa Escolhas
PGR	Procuradoria-Geral da República
PNED	Plano Nacional de Ética no Desporto
PNJ	Plano Nacional para a Juventude
PNL	Plano Nacional de Leitura
PO	Programa Operacional
PSP	Polícia de Segurança Pública
RBE	Rede de Bibliotecas Escolares
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RNAJ	Registo Nacional de Associações Juvenis
RNAVVD	Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica
RV	Regime Voluntário
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SGMAI	Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
TeSP	Cursos Técnicos Superiores Profissionais
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAARE	Unidades de Apoio ao Alto Rendimento nas Escolas
UE	União Europeia

UNL	Universidade Nova de Lisboa

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.
Divisão de Modernização Administrativa e Desenvolvimento Organizacional
Março de 2021